

Factos e realidades geradores dos Acordos de Nkomati e de Lusaka

21/1/85

por Willy Waddington

A Imprensa do Mundo Capitalista embandeirou em arco a propósito do Acordo de Nkomati, numa vã tentativa de demonstrar a sua maior valia, a sua vitória sobre o Socialismo, esquecendo-se, ou quase, de referir o Compromisso de Lusaka (questões angolana e namíbia), ambos assinados pelos mentores do apartheid, sua ponta-de-lança nesta região do Mundo.

Com efeito, aqueles dois acordos, embora necessários a Angola e Moçambique, eram-no, também, e por óbvias razões, como adiante se verá, imprescindíveis aos dirigentes do apartheid. Eles não podiam continuar a ignorar as pressões internas, sobretudo as geradas pelos membros da alta finança sul-africana, tão intimamente ligados às transnacionais e aos respectivos interesses.

Em suma aqueles acordos eram necessários e não significavam vitórias ou derrotas deste ou daquele. Expressavam sim o bom-senso de há muito advogado pelo Socialismo.

De facto, enquanto o Mundo Socialista não dissocia o Compromisso de Lusaka (questões angolana e namíbia) do Acordo de Nkomati, ambos assinados pelo dirigente do apartheid com os dois expoentes do Socialismo na África Meridional, as Repúblicas Populares de Angola e de Moçambique, o Mundo Capitalista só se refere ao Acordo de Nkomati, pretendendo aureolá-lo como vitória sua, mas esquecendo-se de mencionar o de Lusaka...

Por isso hoje ninguém já refere os protestos das mães brancas sul-africanas, devido aos mutilados brancos regressados das diversas frentes das guerras, em Angola e Namíbia, assim como devido às incursões em Botswana, Lesotho, Moçambique, Zâmbia Zimbabwe e até na Suazilândia.

Pela mesma razão, ninguém refere hoje a invasão do Sul de Angola e a subsequente derrota sofrida perante as FAPLA.

Além desse belicismo e dos seus reflexos humanos junto dos brancos sul-africanos: mortos, mutilados e desaparecidos, deserções de jovens recrutas, refractários ao serviço militar obrigatório e ainda os julgados nos tribunais do apartheid pelo crime de se recusarem a alistar por questões de consciência, há ainda — e disso ninguém fala — a catástrofe da economia sul-africana.

Um dos seus mais recentes reflexos é o aumento do imposto de consumo — e já não é o primeiro.

Mas há outros factos, bem mais importantes, no país ponta-de-lança do Mundo Capitalista nesta região africana: os graves, gravíssimos problemas económico-financeiros.

No princípio do ano, o *Financial Mail*, de Joanesburgo, equacionou os aspectos monetários de possível emergência a partir do Acordo de Nkomati, pretendendo dar a entender aos seus leitores a situação de fraqueza dos signatários dos acordos com a África do Sul, chegando mesmo ao despalante de insinuar a próxima falência da SADCC, para, em seu lugar, se restabelecerem as relações vantajosas para os países da região, em torno da racista África do Sul, e com ela por base. Aquele jornal chegou a inventar a mais recente ruptura de África, com desenho e tudo: entre Moçambique e o Zimbabwe.

O seu articulista deve ter a visão obliterada!

Com efeito, na página de Negócios do *Rand Daily Mail*, de Joanesburgo, de 28 de Abril — o artigo do *Financial Mail* é do dia 27 de Abril — anuncia-se um saldo negativo de 400

milhões de randes no balanço de pagamentos no primeiro trimestre de 1984.

Por sua vez, no suplemento *Negócios do Dia*, do mesmo jornal, mas do dia 25 de Abril, o seu articulista — Neil Behrmann, editor financeiro na Europa — depois de referir a grande publicidade dada às dificuldades financeiras dos Estados vizinhos da África do Sul, afirma: **mas houve também outro ingrediente para a paz — as dificuldades económicas da África do Sul.**

Nessa sua análise, Neil Behrmann, acentuou as dramáticas quebras do valor do ouro, às quais se ficou a dever o recurso à inflação, para o governo racista conseguir resolver a crise financeira.

Quase no final da sua análise, o articulista escreveu: **Infelizmente, contudo, os estrategas parecem ter esquecido que a política de desenvolvimento separado (apartheid) do governo ajudou a criar o problema do sector pobre. Transportou milhões de pretos para regiões áridas.**

Fixemo-nos no título do artigo de Behrmann: **O «apartheid» enfrenta uma barreira económica.**

Todavia a situação tem-se vindo a agravar acentuadamente como o assinalava há dias (16 de Outubro) *«The Washington Times»*: **Com a inflação assinalada por dois dígitos e as taxas de juros dos empréstimos a rondar os 30 por cento, o consumidor sul-africano vê-se e deseja-se para manter a cabeça fora da água.**

No dia 1 de Outubro novos aumentos de preços para o leite, o pão, os cigarros e outros produtos alimentares básicos... constituíram o segundo aumento num ano.

Mas, acrescentem-se ainda as sucessivas desvalorizações do rand —

já atingiu os 50 por cento —, os vertiginosos aumentos do preço dos produtos petrolíferos, o crescimento astronómico de 800 por cento dos gastos com as guerras, de 1970 a 1981 (de acordo com o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, de Londres), e — é bom não esquecer — os crescentes actos de sabotagem, assaltos e atentados, da iniciativa do ANC, o desassossego estudantil.

E como se isso não bastasse, re- firase se ainda o avolumar das greves dos trabalhadores negros, as suas negativas repercussões na economia do paraíso do apartheid e ter-se-á uma melhor visão da situação real e das verdadeiras razões para a sequência de acordos e pactos (e respectivas tentativas) com os países vizinhos do reino onipotente(?) e onisciente(?) do racismo.

Além disso, e para finalizar, anota-se: As tréguas com Angola e Moçambique têm, também, por objectivo assegurar dois ingredientes indispensáveis à sobrevivência da África do Sul: água e energia, respectivamente, do Cunene e do Zambeze, em Angola e em Moçambique.

Só no caso da energia de Cahora Bassa, a África do Sul asseguraria quase 10 por cento das suas necessidades energéticas. A substituição dessa fonte de energia obrigaria ao consumo de enormes quantidades de carvão e copiosíssimos volumes de água, cuja insuficiência é notória na RAS.

Por outro lado, como se sabe, a África do Sul carece de energia e Portugal precisa de resgatar os encargos da construção de Cahora Bassa.

Finalmente: a vantajosa utilização do porto de Maputo pelo *hinterland* transvaiano é inquestionável.